

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 5.779, DE 25 DE JUNHO DE 2021

Altera o art. 16 da Lei nº 4.742, de 29 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Poder Executivo do Município de Pato Branco.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o caput do art. 16 da Lei nº 4.742, de 29 de fevereiro de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. Para o desempenho das atividades pertinentes aos órgãos que integram a estrutura organizacional ora estabelecida, ficam criados os cargos comissionados constantes do Anexo I desta lei, obedecendo, a simbologia e quantitativo de 01 (uma) vaga para cada cargo, nele fixadas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 25 de junho de 2021.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 5.787, DE 2 DE JULHO DE 2021

Disciplina o envio de proposições legislativas de iniciativa do Prefeito ao Poder Legislativo.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece as normas e diretrizes para o encaminhamento das proposições legislativas de autoria do Prefeito para apreciação pela Câmara Municipal.

Art. 2º As propostas de ato normativo serão encaminhadas à Câmara Municipal por meio eletrônico, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por meio de Mensagem contendo a exposição de motivos pelo Prefeito Municipal.

§ 1º O protocolo deverá ser feito através do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo - SAPL.

§ 2º Em caso de indisponibilidade do sistema, o protocolo será efetivado através do e-mail institucional: protocolo@patobranco.pr.leg.br.

Art. 3º A exposição de motivos de que trata o art. 2º deverá:

I - justificar e fundamentar, de forma clara e objetiva, a edição do ato normativo, com:

- a) a síntese do problema cuja proposição do ato normativo visa a solucionar;
- b) a justificativa para a edição do ato normativo na forma proposta; e
- c) a identificação dos atingidos pela norma;

II - na hipótese de a proposta de ato normativo gerar despesas, diretas ou indiretas, ou gerar diminuição de receita para o ente público, demonstrar o atendimento ao disposto nos art. 14, art. 16 e art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

III - ser assinada pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º Serão enviados juntamente à exposição de motivos, a proposta do ato normativo e os documentos necessários a sua análise.

Art. 5º Na hipótese de a proposta implicar renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas, conterá:

I - a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor, da qual deverá constar, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicará se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias e a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta;

II - a declaração de que a medida apresenta adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias;

III - a criação ou a prorrogação de benefícios de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá conter exposição justificada sobre o atendimento às condições previstas no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 6º Na hipótese de apresentação de proposições em regime de urgência, conterá a motivação justificada e detalhada em sua Mensagem, quanto à necessidade deste regime.

Art. 7º Na hipótese de apresentação de proposições que envolvam políticas públicas financiadas por benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia previstos na Lei Orgânica Municipal, deverão conter:

- I - objetivos, metas e indicadores para acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados; e
- II - indicação do órgão responsável e do eventual corresponsável pela gestão da política.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Marcos Junior Marini.
Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 2 de julho de 2021.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Precisa ganhar tempo?

Nós temos a solução!

Transporte de Encomendas

Transporte de Medicamentos

ANVISA: L327129

www.casaturlogistica.com.br

CASSEUR Logística
De ônibus suas encomendas chegam mais rápido!

cattani
Sempre uma boa viagem!

Acesse nosso site.
Conheça nossas praças!

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

EXTRATO CONTRATO Nº 46/2021. Modalidade Nº 46/2021 - PROCESSO Nº 103/2021. PARTES: Município de Pato Branco e Indiamara Francieli Moraes. OBJETO: Contratação de entidade para prestação de serviço de acolhimento institucional de pessoa idosa, em atendimento à decisão liminar proferida pela 2ª Vara da Fazenda da Comarca de Pato Branco/PR, nos autos da Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado, em benefício a Senhora Elizabeth Hildebran, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social VALOR: R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais), sendo R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) mensais. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 Meses. PAGAMENTO: Mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia útil e poderá ser realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada, ou por meio de fatura com utilização de código de barras. DOTAÇÃO: Para suporte das despesas será utilizada a seguinte Dotação Orçamentária: 09.04 Secretaria Municipal de Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência – Funcional Programática 0904.8.244.24.2.209.339039530000 – Fonte 0 – (2123 - 3030). - 082440024.2.202000 Manutenção das Atividades da Gestão de Assistência Social - 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA – (2095 – 16368) Gestor: Barbara Slonski Delboni Padoan, matrícula nº 11261-5/1. Secretária da Assistência Social. Pato Branco, 01 de Julho de 2021. Robson Cantu – Prefeito. Indiamara Francieli Moraes – Representante Legal.



UM
SIMPLES
GESTO QUE PODE
SALVAR UMA VIDA...

O **HEMONÚCLEO** DE PATO BRANCO
CONTA COM **SUA FORÇA!**

#todospela vida

APOIO:

.HEMONÚCLEO DE PATO BRANCO
.HEMEPAR
.CONIMS

VNZA
studio

DIÁRIO DO SUDOESTE

ATENDIMENTO NO PARANÁ,
LITORAL CATARINENSE
E GRANDE SÃO PAULO

PATO BRANCO - PR
Rua Nestor Cardoso, 63 / Bairro Vila Esperança
CEP: 85503-140 / Fone: 46. 3025-5005
sudoestetransportes.com.br

DENGUE: APENAS VOCÊ PODE VIRAR ESTE JOGO



NÃO COLOQUE SUA FAMÍLIA EM RISCO. ELIMINE O MOSQUITO DA SUA CASA.



Tampe os tonéis e caixas-d'água.



Deixe garrafas sempre viradas.



Mantenha a lixeira bem fechada.



Mantenha as calhas sempre limpas.



Coloque areia nos vasinhos de plantas.



Retire água de pneus.

Governo publica chamamento a empresas para a construção de 30 mil moradias

AEN

Construtoras interessadas em firmar parcerias com o Governo do Estado para a construção de casas populares podem se habilitar, a partir da sexta-feira (2), no novo Chamamento Público do programa Casa Fácil Paraná, que vai beneficiar quase 30 mil famílias. O edital está disponível no site da Cohapar e prevê a concessão de subsídios de R\$ 15 mil por família em imóveis financiados pelo governo federal.

Segundo o superintendente de Programas da Cohapar, Kerwin Kuhlemann, os empreendimentos serão divulgados às famílias inscritas na Cohapar à medida em que forem analisados e aprovados pela companhia.

“A partir de agora as empresas poderão submeter os seus empreendimentos no chamamento, que serão verificados em relação aos pré-requisitos exigidos pelo programa e os limites estipulados de moradias por região e município”, explica Kuhlemann.

Como participar

Os R\$ 15 mil poderão ser solicitados por famílias com renda de até três salários mínimos devidamente cadastradas no sistema da Cohapar, mediante inscrição no link cohapar.pr.gov.br/cadastro e indicação do empreendimento de interesse.

De acordo com o presidente da Cohapar, Jorge Lange, se aprovados pela Caixa Econômica e pela companhia, o subsídio será repassado diretamente ao banco para custeio da entrada e abatimento do financiamento imobiliário das famílias.

“Os cidadãos interessados se inscrevem para aquele empreendimento específico e emitem o comprovante de inscrição pelo site da Cohapar. Depois, devem usá-lo para iniciar a negociação de compra com a construtora e a aprovação de crédito junto à Caixa”, explica Jorge Lange. “Com o crivo da Caixa e a assinatura do contrato, o dinheiro será depositado diretamente na conta do banco”.

Recuperação econômica

Com orçamento de R\$ 450 milhões do tesouro estadual, a iniciativa vai beneficiar cerca de 30 mil famílias. A nova modalidade eleva o Casa Fácil Paraná à condição de maior programa habitacional de um governo estadual em desenvolvimento no país atualmente, além de um dos maiores da história da habitação no Estado.

De acordo com o presidente da Cohapar, o programa vai reduzir significativamente o déficit habitacional do Paraná ao atender a parcela da população que compõe a maior parte das famílias sem casa própria.

Paraná receberá mais 233.150 vacinas da Janssen; pacote desse lote ultrapassa 900 mil doses

AEN

O Paraná vai receber nos próximos dias um novo lote com 233.150 vacinas da Janssen, produzida pela Johnson & Johnson, contra a Covid-19. O medicamento é de dose única, sem a necessidade de uma segunda aplicação. A data da chegada, porém, ainda não foi definida pelo Ministério da Saúde devido a questões alfandegárias.

O volume complementa a 28ª pauta de distribuição do governo federal, totalizando 909.550 imunizantes apenas nesta remessa, a maior já realizada pelo governo federal, mesmo com intervalo de alguns dias. Os imunizantes serão destinados em sua maioria para a dar continuidade à vacinação da população geral com mais de 18 anos, com complementação em alguns grupos prioritários.

A primeira parte dessas vacinas, 84.240 doses da Pfizer/BioNTech e 277.250 da Fiocruz/AstraZeneca, já foram entregues para as 22 Regionais de Saúde, dentro do processo logístico de encaminhamento para os 399 municípios do Estado.

“Uma ótima notícia para a população paranaense. Poderemos acelerar ainda mais o processo, vacinando de domingo a domingo. A nossa programação prevê que até o fim de agosto pelo menos 80% dos moradores do Estado estejam vacinados com a primeira dose. E, até o fim de setembro, 100% dos adultos com mais de 18 anos”, afirmou o governador Carlos Massa Ratinho Junior.

A previsão do Ministério da Saúde é entregar aos estados



Com a chegada prevista para os próximos dias de mais 233.150 vacinas da Janssen

8 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 nesse grande lote, com maior disponibilidade em a partir de julho. Até agora, 135.077.476 vacinas já foram distribuídas no Brasil. O País conta com 70,9 milhões de pessoas vacinadas com a primeira dose e 24,9 milhões com segunda dose ou dose única.

Sozinho, o Paraná recebeu, desde o início da campanha de vacinação, 7,5 milhões de doses de imunizantes. Com 5,7 milhões de vacinas aplicadas e quase 4,4 milhões de paranaenses que já receberam a primei-

ra dose, o Estado atingiu nesta sexta-feira (3) a marca de 50% da população adulta vacinada com pelo menos uma dose do imunizante. 1.376.362 pessoas completaram o ciclo vacinal, seja com as duas doses ou dosagem única, totalizando 5.768.206 aplicações.

Os dados são do Vacinômetro do Sistema Único de Saúde (SUS), vinculado ao Ministério da Saúde.

“Queremos acelerar a imunização simultânea dos municípios, garantindo que possíveis diferenças nas faixas etárias em razão da

cobertura dos grupos prioritários sejam equalizadas. Nessa carga já haverá uma equalização tênue do quantitativo enviado”, explicou o secretário de Estado da Saúde, Beto Preto.

Equipamentos

Além das vacinas contra a Covid-19, o Paraná vai receber do Ministério da Saúde nos próximos dias mais seringas e agulhas para a aplicação dos imunizantes. São 88.400 seringas de 1ml e 88.400 agulhas. Completam a remessa 111.700 seringas de 3ml, já entregues no fim de junho.

Reprodução assistida é limitada a oito embriões

Estadão Conteúdo

Em nova resolução lançada para regular a reprodução assistida no País, o Conselho Federal de Medicina (CFM) determinou que o número de embriões humanos gerados em laboratório não pode passar de oito. Até a publicação da nova regra, no dia 15, não havia limite determinado. Muitas mulheres veem risco de os tratamentos se tornarem menos efetivos e mais caros e já está sendo encaminhado ao CFM um abaixo-assinado pedindo a revisão da medida. Entidades de classe também enviaram questionamentos ao conselho.

Como não há lei sobre a reprodução assistida no País, a prática é regulada por essas re-

soluções. A de agora, de número 2.294/21, substitui uma de 2017. Outra mudança das novas normas é a redução da quantidade de embriões que podem ser transferidos para o útero de uma mulher, de acordo com a faixa etária. O novo texto estabelece, também, a necessidade de autorização judicial para descarte dos embriões excedentes.

A novidade mais polêmica é a limitação do número de embriões gerados em laboratório. Na prática da reprodução assistida, os médicos estimulam (por injeções de hormônio) uma ovulação em excesso por parte da mulher interessada em engravidar. No processo, é comum que o médico tente fertilizar o maior número possível

de óvulos para ter maior garantia de que alguns serão efetivamente transformados em embriões.

“Isso (a nova lei) diminui consideravelmente as chances de se obter embriões viáveis, especialmente para as pacientes submetidas ao tratamento de reprodução humana por baixa reserva ovariana e má resposta ovariana”, afirmou Camila Frassati, uma das autoras do abaixo-assinado, responsável pelo blog FIV Depressão. “A limitação numérica importará obrigatoriamente em aumento substancial nos custos do tratamento, que é 100% financiado de forma privada.”

Segundo especialistas em reprodução assistida, oito embriões podem ser suficientes no caso de

mulheres jovens, de até 35 anos, com problemas simples de infertilidade, mas pode inviabilizar esse recurso em mulheres com mais de 40 anos e menor chance de fecundação.

O CFM ressalta que essa limitação do número de embriões “foi uma decisão de plenário”, criada “para que o médico não infrinja o Código de Ética Médica”. Mas avisa, também, que “segue aberto a receber contribuições para que possa aprimorar a regulamentação”. A nova resolução garante o uso das técnicas de reprodução assistida por heterossexuais, homoafetivos e, agora, transgêneros - que não eram citados explicitamente nas resoluções anteriores.